

Antonio Carlos Porto Araujo \*

As mudanças climáticas, numa análise macroeconômica, são consideradas como o principal fator de risco para a economia mundial. Elas deverão acarretar até 2012, movimentações financeiras diretas e anuais da ordem de mais de US\$ 200 bilhões. Grande parte em prejuízos decorrentes de indenizações em seguros e adequações às políticas nacionais de cada país no controle de emissões de gases de efeito estufa.

Não é exagero supor que o clima poderá se tornar ponto primordial de todas as questões relacionadas com a segurança e soberania das nações. Nesse conjunto de fragilidades, o Brasil é obrigado a manter programas emergenciais para minimizar os sintomas e efeitos da devastação ambiental provocada essencialmente por ações antrópicas do homem moderno. Poderíamos continuar a elencar todo o tipo de preocupação que cada profissional convive no seu dia a dia em função da deterioração da qualidade ambiental e climática no mundo e, em especial, no Brasil.

As estimativas econômicas desses impactos e a análise de custos das movimentações financeiras correspondentes levaram ao aprofundamento da compreensão de riscos do clima, e a recente crise de preços dos alimentos fizeram com que a discussão ultrapassasse todas as barreiras geográficas, tornando-se uma questão mundial.

No Brasil, tivemos de enfrentar um falso dilema, que é a disputa entre alimentos ou combustíveis, já que muitos países desenvolvidos afirmavam que a competição na produção agrícola estaria pressionando os preços dos alimentos.

Pior é a acusação de que nossa produção de combustíveis renováveis expandiria a fronteira agrícola para a floresta amazônica. Trata-se de uma visão obtusa acerca da extensão territorial do Brasil, principalmente comparável às extensões dos países da Europa.

Nosso país precisa insistir na argumentação de que a maior parte da produção de etanol está a uma distância superior a 2.000 quilômetros da floresta amazônica brasileira. Isso significa uma distância semelhante entre Roma e Jerusalém.

Ocorre que, como toda a questão, as mudanças climáticas repercutem diretamente com impactos financeiros e econômicos. Não se trata de deixar de lado a questão social, nem de discutir qual questão merece maior preocupação. Trata-se de articular as preocupações e procurar um equacionamento economicamente viável, ambientalmente amigável, politicamente exequível, socialmente justo.

No Brasil, essa questão também tem tido expressão. Repercutem os estudos e ensaios sobre o problema, com os consequentes riscos e prejuízos. Biólogos alertam para a perda da biodiversidade, uma ameaça cada vez mais presente, com graves resultados, já que a qualidade da biodiversidade no Brasil é incomparável à do redor do mundo.

Os ambientalistas alertam que o aquecimento pode provocar alterações na estrutura do nosso clima, com possibilidade de aparecimento de fenômenos como furacões e tufões, até então praticamente desconhecidos no nosso território.

Diversos estudos concluem que já se encontram visíveis sinais de maior quantidade e maior intensidade de tempestades e desastres naturais relacionados ao clima. Com a recente tendência de se mensurar o valor econômico do meio ambiente e também dos impactos financeiros decorrentes diretamente da alteração cimatológica, também através de estudos econométricos, supõe-se que um grande fenômeno ou catástrofe climática possa causar um

impacto de 0,6% do PIB do país vitimado.

Os sanitaristas preocupam-se com as epidemias que podem ser potencializadas com as enchentes e inundações decorrentes das grandes chuvas. O Brasil ainda é vítima de um sistema de saneamento e esgoto altamente ineficiente – quando não inexistente – e em caso de inundações os riscos de proliferação de pragas e desencadeamento de doenças são exponencialmente provocados. Em outros países, a situação não é melhor, sobretudo nos países emergentes. Como exemplo, na Bolívia viu-se aumentados os casos de malária, controlados em cerca de 600 ao ano para algo em torno de 100.000 em 2008.

A maior demanda por serviços públicos de saúde em decorrência do aumento da temperatura, da diminuição da qualidade do ar, das epidemias, dentre outras, poderá criar necessidades de gastos anuais na ordem de R\$ 8 bilhões.

As mudanças climáticas também deverão provocar grandes efeitos negativos sobre os sistemas socioeconômicos. A quebra de produção agrícola com secas e enchentes, a perda em armazenagem e transporte devem gerar prejuízos no Produto Interno Bruto (PIB) agrícola de cerca de R\$ 10 bilhões. Recentemente foi anunciado pelo IBGE uma diminuição da safra 2008-2009 em cerca de 7%, sendo uma parte disso diretamente ligada a eventos climáticos. Trata-se da consequência direta do clima sobre as atividades humanas e ainda sobre os ecossistemas que fornecem importantes serviços em termos econômicos.

Fazendo um cálculo conservador, no Brasil, os prejuízos decorrentes das alterações climáticas e a perda de geração de receita nos diversos setores produtivos poderão representar um montante de cerca de R\$ 47 bilhões durante o ano de 2009, igual a todo o PIB do Uruguai e Paraguai somados.

Essas impressionantes movimentações financeiras têm um agravante ainda mais perverso ao se analisar a qualidade dos gastos públicos. Enquanto vivemos um período de crise financeira mundial, é cada vez mais importante que as despesas da máquina pública em custeio e atendimento a catástrofes sejam reduzidas para permitir uma melhor possibilidade de investimento em modelos de produção e geração de emprego e renda. Não podemos desperdiçar recursos vultosos tão escassos.

Se essa ineficiência puder ser evitada, os benefícios serão percebidos distributivamente. Melhor qualidade no emprego das receitas públicas, maior capacidade de investimento na produção – viabilidade de retorno ao investimento prudente – enorme poder de geração de emprego e renda.

Importante observar que a questão não é motivo de enfrentamento de uma forma unânime. Deve-se ressaltar o fato de que as alterações climáticas e o aquecimento global podem significar alguns benefícios isolados. Algumas regiões do mundo poderão se beneficiar no curto e médios prazos, já que a diminuição de geleiras poderia permitir uma expansão de fronteira agrícola, como por exemplo, parte do Canadá que contém muita área coberta por gelo e imprópria para a agricultura nesse momento. Como lutar, então, com esses conflitos de modo a incentivar uma solução global?

Para o Brasil, em especial, e para o mundo em geral, a solução, então, é enfrentar esse desafio com esforços conjuntos da sociedade e com o fomento do governo nas três esferas, para que a questão ambiental seja trabalhada dentro do conceito que possamos sair perdendo menos com isso.